



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

### ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATOS

#### DADOS DO CONTRATO

|              |                                                                      |                    |                   |
|--------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|
| PROCESSO Nº: | 053/2024                                                             | DATA:              | 11/03/2024        |
| CONTRATO Nº: | 01/2024                                                              | UNIDADE GESTORA:   | Poder Legislativo |
| CONTRATADO:  | <b>P&amp;C Comercio e Serviços Ltda. – EPP</b>                       |                    |                   |
|              | Dispensa de licitação nº 01/2024                                     |                    |                   |
| CNPJ:        | 22.473.510/0001-19                                                   | VALOR DO CONTRATO: | R\$ 71.141,76     |
| VIGÊNCIA:    | 25/03/2026                                                           | A                  | 25/03/2027        |
| OBJETO:      | <b>Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços</b> |                    |                   |
|              | <b>De locação de veículo.</b>                                        |                    |                   |
|              |                                                                      |                    |                   |

#### Designação do Fiscal do Contrato

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe e dá outras providências.

O Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Belém, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Belém, e Regimento Interno resolvem:

Designar a servidora comissionada, **MAICKSON MANOEL DEIVID RIBEIRO DA CONCEICAO**, do quadro comissionado e lotado na Divisão de comunicação social, matrícula nº 5007142 que representará a CMB perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

- anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021;
- conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
- comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
- comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;
- recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

- g)** Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
- h)** testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
- i)** analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
- j)** encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
- k)** comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
- l)** fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
- m)** verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
- n)** exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

**Belém, 20 de março de 2026.**

---

**John Wayne Holanda Parente**  
Presidente da CMB